

ROGÉRIO
GRECO

CURSO de
DIREITO
PENAL

ARTIGOS 1º A 120
DO CÓDIGO PENAL

1

25^a
edição
revista,
atualizada e
reformulada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 01.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G829c
Greco, Rogério

Curso de direito penal: artigos 1º a 120 do código penal / Rogério Greco. – 25. ed., – Barueri [SP]: Atlas, 2023.
(Curso de direito penal; 1)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-597-7458-6

1. Brasil. [Código penal (1940)]. 2. Direito penal – Brasil. I. Título. II. Série.

22-81394

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Capítulo 1 – Notas Preliminares	1
1. Introdução	1
2. Finalidade do Direito Penal	2
3. A seleção dos bens jurídico-penais	4
4. Códigos Penais do Brasil	5
5. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo	6
6. Modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli	8
6.1. Garantismo hiperbólico e monocular <i>versus</i> garantismo integral	10
6.2. Dez axiomas do garantismo penal	11
7. Privatização do Direito Penal	12
8. O Direito Penal moderno	13
Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Penal e Escolas Penais	15
1. Introdução	15
1.1. Vingança privada	16
1.2. Vingança divina	17
1.3. Vingança pública	17
2. Direito Penal na Grécia Antiga. Direito Penal romano. Direito Penal germânico. Direito Penal canônico	18
2.1. Direito Penal na Grécia Antiga	18
2.2. Direito Penal romano	19
2.3. Direito Penal germânico	19
2.4. Direito Penal canônico	20
3. Período humanitário	21
3.1. A importância da obra de Beccaria	23

3.2.	John Howard e a reforma penitenciária	29
3.3.	Jeremy Benthan e sua influência no sistema penitenciário	32
4.	Período criminológico	34
5.	Escolas penais	38
5.1.	Introdução	38
5.2.	Escola Clássica	42
5.3.	Escola Positiva	45
5.4.	Outras Escolas	47
5.4.1.	Terceira Escola (<i>Terza Scuola</i>)	47
5.4.2.	Escola Moderna alemã	47
5.4.3.	Escola Técnico-Jurídica	48
5.4.4.	Escola Correccionalista	49
5.4.5.	Escola da Nova Defesa Social	49

Capítulo 3 – Fontes do Direito Penal 51

1.	Conceito	51
2.	Espécies	51
3.	Quadro-resumo	54

Capítulo 4 – Da Norma Penal 55

1.	Introdução	55
2.	Teoria de Binding	55
3.	Classificação das normas penais	57
3.1.	Normas penais incriminadoras e normas penais não incriminadoras	57
3.2.	Normas penais em branco (primariamente remetidas)	58
3.2.1.	Ofensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco heterogêneas	61
3.3.	Normas penais incompletas ou imperfeitas (secundariamente remetidas)	62
4.	Anomia e antinomia	63
5.	Concurso (ou conflito) aparente de normas penais	64
5.1.	Princípio da especialidade	65
5.2.	Princípio da subsidiariedade	65
5.3.	Princípio da consunção	66
5.3.1.	Crime progressivo e progressão criminosa	68
5.4.	Princípio da alternatividade	69

Capítulo 5 – Interpretação e Integração da Lei Penal 71

1.	Introdução	71
----	------------------	----

2. Espécies de interpretação	71
3. Interpretação analógica	78
4. Interpretação conforme a Constituição	79
5. Dúvidas em matéria de interpretação	80
6. Analogia	80
6.1. Juiz como legislador positivo e como legislador negativo	83
Capítulo 6 – Princípio da Intervenção Mínima	85
1. Quadro-resumo	87
Capítulo 7 – Princípio da Lesividade	89
Capítulo 8 – Princípio da Adequação Social	93
1. Quadro-resumo	95
Capítulo 9 – Princípio da Fragmentariedade	97
1. Quadro-resumo	98
Capítulo 10 – Princípio da Insignificância	99
1. Introdução	99
2. Tipicidade penal	100
3. Rejeição ao princípio da insignificância	102
4. Quadro-resumo	105
Capítulo 11 – Princípio da Individualização da Pena	107
1. Fases da individualização da pena	107
2. Individualização da pena e a Lei nº 8.072/90	109
3. Quadro-resumo	111
Capítulo 12 – Princípio da Proporcionalidade	113
1. Introdução	113
2. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente	114
3. Quadro-resumo	116
Capítulo 13 – Princípio da Responsabilidade Pessoal	117
1. Quadro-resumo	119
Capítulo 14 – Princípio da Limitação das Penas	121
1. Introdução	121
2. Penas de morte e de caráter perpétuo	122
3. Pena de trabalhos forçados	123
4. Pena de banimento	124

5. Penas cruéis	124
6. Quadro-resumo	125
Capítulo 15 – Princípio da Culpabilidade	127
1. Quadro-resumo	130
Capítulo 16 – Princípio da Legalidade	131
1. O Estado de direito e o princípio da legalidade	131
2. Introdução ao princípio da legalidade penal	132
3. Funções do princípio da legalidade	134
4. Legalidade formal e legalidade material	135
5. Vigência e validade da lei	136
6. Termo inicial de aplicação da lei penal	137
7. Medidas provisórias regulando matérias penais	138
8. Diferença entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal	140
9. Quadro-resumo	141
Capítulo 17 – Princípio da Extra-atividade da Lei Penal	143
1. Introdução	143
2. Tempo do crime	144
3. Extra-atividade da lei penal – Espécies	145
4. <i>Novatio legis in melius</i> e <i>novatio legis in pejus</i>	146
4.1. Aplicação da <i>novatio legis in pejus</i> nos crimes permanentes e continuados	147
5. <i>Abolitio criminis</i>	148
5.1. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	148
5.2. <i>Abolitio criminis temporalis</i>	148
5.3. Princípio da continuidade normativo-típica	150
6. Sucessão de leis no tempo	151
6.1. Lei intermediária	151
6.2. Sucessão de leis temporárias ou excepcionais	152
6.3. Sucessão de complementos da norma penal em branco	154
7. Combinação de Leis	154
8. Competência para aplicação da <i>lex mitior</i>	156
9. Apuração da maior benignidade da lei	157
10. Irretroatividade da <i>lex gravior</i> e medidas de segurança	157
11. Aplicação da <i>lex mitior</i> durante o período de <i>vacatio legis</i>	158
12. <i>Vacatio legis</i> indireta	158
13. A retroatividade da jurisprudência	159

Capítulo 18 – Princípio da Territorialidade	161
1. Lugar do crime	161
2. Territorialidade	162
3. Quadro-resumo	163
Capítulo 19 – Princípio da Extraterritorialidade	165
1. Quadro-resumo	167
Capítulo 20 – Disposições sobre a Aplicação da Lei Penal	169
1. Eficácia da sentença estrangeira	169
2. Contagem de prazo	170
3. Frações não computáveis na pena	171
4. Legislação especial	171
Capítulo 21 – Conceito e Evolução da Teoria do Crime	173
1. Noções fundamentais	173
2. Infração penal	175
3. Diferença entre crime e contravenção	175
4. Ilícito penal e ilícito civil	177
5. Conceito de crime	178
6. Conceito analítico de crime	180
7. Conceito de crime adotado por Damásio, Dotti, Mirabete e Delmanto	182
8. Dogmática do delito	183
Capítulo 22 – Classificação Doutrinária das Infrações Penais	185
1. Classificação doutrinária das infrações penais	185
1.1. Crimes e contravenções penais	185
1.2. Crimes comissivos, crimes omissos (próprios e impróprios) e crimes de conduta mista	186
1.3. Crime consumado e crime tentado	188
1.4. Crimes de ação pública e crimes de ação privada	189
1.5. Crimes dolosos e crimes culposos	189
1.6. Crime impossível e crime putativo	190
1.7. Crime material, crime formal e crime de mera conduta	191
1.8. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria	192
1.9. Crimes hediondos	193
1.10. Crimes militares próprios e impróprios	196
1.11. Crimes qualificados pelo resultado (crimes preterdolosos ou preterintencionais)	196
1.12. Crime continuado	197

1.13. Crimes multitudinários	198
1.14. Crimes de dano e crimes de perigo (abstrato e concreto)	199
1.15. Crimes simples e crimes complexos	201
1.16. Crimes qualificados e crimes privilegiados	201
1.17. Crime de bagatela	202
1.18. Crime falho	203
1.19. Crimes instantâneos, crimes permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes	203
1.20. Crime a prazo	204
1.21. Delitos de intenção: crimes de resultado cortado e crimes mutilados de dois atos	204
1.22. Crimes comuns, crimes políticos e crimes de opinião	205
1.23. Crimes à distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito	206
1.24. Crimes habituais	206
1.25. Crimes principais e crimes acessórios	207
1.26. Infrações penais de menor potencial ofensivo	207
1.27. Crimes monossujeitos e crimes plurissujeitos	208
1.28. Crimes uniofensivos e crimes pluriofensivos	209
1.29. Crimes de subjetividade passiva única e crimes de subjetividade passiva dupla ..	209
1.30. Crime de ímpeto	210
1.31. Crime progressivo	210
1.32. Crimes exauridos	210
1.33. Crimes de atentado ou de empreendimento	210
1.34. Crimes vagos	211
1.35. Crimes ambientais	211
1.36. Crimes unissubsistentes (ou monossubsistentes) e crimes plurissubsistentes	212
1.37. Crimes transeuntes e crimes não transeuntes	212
1.38. Crimes conexos	212
1.39. Crimes falimentares	213
1.40. Crimes de responsabilidade	213
1.41. Crimes subsidiários	214
1.42. Crimes funcionais	214
1.43. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	215
1.44. Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada	216
1.45. Crimes de ensaio ou de experiência (flagrante preparado ou provocado)	216
1.46. Crimes remetidos	217
1.47. Crimes aberrantes	217
1.48. Crimes internacionais	218

1.49. Crimes emergentes	218
1.50. Crimes condicionados e crimes incondicionados	218
1.51. Crimes de trânsito	219
1.52. Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo	219
Capítulo 23 – Conduta	221
1. Conduta	221
2. Conceito de ação – Causal, final e social	222
3. Condutas dolosas e culposas	224
4. Condutas comissivas e omissivas	224
5. Ausência de conduta	225
6. Fases de realização da ação	227
Capítulo 24 – Tipo Penal	229
1. Conceito	229
2. Tipicidade penal = Tipicidade formal + Tipicidade conglobante	230
3. Adequação típica	234
4. Fases da evolução do tipo	236
5. Teoria dos elementos negativos do tipo	237
6. Injusto penal (injusto típico)	238
7. Tipo básico e tipos derivados	239
8. Tipos normais e tipos anormais	239
9. Tipos fechados e tipos abertos	240
10. Tipos congruentes e tipos incongruentes	240
11. Tipo simples e tipo misto	241
12. Tipo complexo	243
13. Elementares	244
14. Elementos que integram o tipo	245
15. Elementos específicos dos tipos penais	246
16. Funções do tipo	254
Capítulo 25 – Tipo Doloso	255
1. Dispositivo legal	255
2. Conceito de dolo	255
3. O dolo no Código Penal	257
4. Teorias do dolo	258
5. Teorias adotadas pelo Código Penal	260
6. Espécies de dolo	260

7. Dolo geral (hipótese de erro sucessivo)	263
8. Dolo genérico e dolo específico	263
9. Dolo normativo (<i>dolus malus</i>)	264
10. Dolo subsequente (<i>dolus subsequens</i>)	264
11. Dolo de propósito e dolo de ímpeto	265
12. Ausência de dolo em virtude de erro de tipo	265
13. Dolo e crime de perigo	266
14. Dolo eventual e teoria da cegueira deliberada (cegueira intencional ou <i>willful blindness</i> , do mundo anglo-saxão)	267

Capítulo 26 – Tipo Culposo 269

1. Dispositivo legal	269
2. Conceito e elementos do delito culposo	269
3. Imprudência, imperícia e negligência	275
4. Crime culposo e tipo aberto	276
5. Culpa consciente e culpa inconsciente	277
6. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	278
6.1. Dolo eventual ou culpa consciente nos delitos praticados na direção de veículos automotores	278
7. Culpa imprópria	282
8. Compensação e concorrência de culpas	282
9. Excepcionalidade do crime culposo	283
10. Culpa presumida	284
11. Tentativa nos delitos culposos	284
12. Princípio da confiança e crimes culposos	284

Capítulo 27 – Relação de Causalidade 287

1. Dispositivo legal	287
2. Relação de causalidade	287
3. Do resultado de que trata o <i>caput</i> do art. 13 do Código Penal	287
4. Teorias sobre a relação de causalidade	289
5. Regressão em busca das causas do resultado	291
6. Processo hipotético de eliminação	292
7. Ocorrência do resultado	293
8. Espécies de causas	293
8.1. Causa absolutamente independente	294
8.2. Causa relativamente independente	295
9. Omissão como causa do resultado	299

10. Ação esperada	300
11. Crimes omissivos próprios e impróprios	301
12. Relevância da omissão	303
13. A posição de garantidor	304
13.1. Cominação de pena diferenciada ao garantidor	306
14. Crimes omissivos por comissão	307
15. Teoria da imputação objetiva	307

Capítulo 28 – Consumação e Tentativa 317

1. Dispositivo legal	317
2. <i>Iter criminis</i>	317
3. Consumação	319
4. Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios	319
5. Diferença entre atos preparatórios e atos de execução	320
6. Dúvida se o ato é preparatório ou de execução	323
7. Tentativa e adequação típica de subordinação mediata	323
8. Elementos que caracterizam o crime tentado	324
9. Tentativa perfeita e imperfeita	324
10. Tentativa e contravenção penal	325
11. Crimes que não admitem a tentativa	325
12. Tentativa e crime complexo	327
13. Tentativa branca	329
14. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado	330
15. Punição da tentativa como delito autônomo	330
16. Tentativa e aplicação da pena	331
17. Tentativa e dolo eventual	332

Capítulo 29 – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz 337

1. Dispositivo legal	337
2. Desistência voluntária	337
2.1. Introdução	337
2.2. Desistência voluntária e política criminal	338
2.3. A desistência deve ser voluntária, e não espontânea	338
2.4. Fórmula de Frank	339
2.5. Responsabilidade do agente somente pelos atos já praticados	340
2.6. Agente que possui um único projétil em seu revólver	341
3. Arrependimento eficaz	341
4. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	342

5. Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz	342
6. Não impedimento da produção do resultado	342

Capítulo 30 – Arrependimento Posterior 343

1. Dispositivo legal	343
2. Natureza jurídica	343
3. Política criminal	343
4. Momentos para a reparação do dano ou restituição da coisa	344
5. Infrações penais que possibilitam a aplicação do arrependimento posterior	344
6. Ato voluntário do agente	344
7. Reparação ou restituição total, e não parcial	345
8. Extensão da redução aos coautores	347
9. Cooperação dolosamente distinta e arrependimento posterior	347
10. Diferença entre arrependimento posterior e arrependimento eficaz	348
11. A Súmula nº 554 do STF	348
12. Reparação do dano após o recebimento da denúncia	349
13. Reparação dos danos e a Lei nº 9.099/95	350
14. Arrependimento posterior e crime culposos	350
15. Aplicação mais benéfica ao agente	351

Capítulo 31 – Crime Impossível 353

1. Dispositivo legal	353
2. Introdução	353
3. Teorias sobre o crime impossível	353
4. Absoluta ineficácia do meio	355
5. Meio relativamente ineficaz	355
6. Absoluta impropriedade do objeto	356
7. Objeto relativamente impróprio	356
8. O crime impossível e a Súmula nº 145 do STF	357
9. Diferença entre crime impossível e crime putativo	358

Capítulo 32 – Agravação pelo Resultado 359

1. Dispositivo legal	359
2. Inovação das disposições contidas no art. 19 do Código Penal	359
3. Crimes qualificados pelo resultado	360
4. Finalidade do art. 19 do Código Penal	361
5. Crítica aos crimes preterdolosos	362

Capítulo 33 – Erro de Tipo 363

1. Dispositivo legal	363
2. Conceito de erro e sua distinção da ignorância	363
3. Erro de tipo	364
4. Consequências do erro de tipo	365
5. Erro de tipo essencial e erro acidental	366
6. Discriminantes putativas	369
6.1. Efeitos das discriminantes putativas	370
6.2. Hipóteses de erro nas discriminantes putativas	371
7. As discriminantes putativas e as teorias extremada (estrita) e limitada da culpabilidade ...	372
8. Teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas	373
9. Delito putativo por erro de tipo	374
10. Erro de subsunção	374

Capítulo 34 – Ilicitude **375**

1. Conceito	375
2. Ilicitude formal e material	376
3. A ilicitude no conceito analítico de crime	377
4. Causas de exclusão da ilicitude	378
5. Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão da ilicitude	379
6. Causas legais de exclusão da ilicitude	380
7. Estado de necessidade	381
7.1. Conceito – Elementos	381
7.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	382
7.3. Prática de fato para salvar de perigo atual	384
7.4. Perigo provocado pelo agente	384
7.5. Evitabilidade do dano	386
7.6. Estado de necessidade próprio e de terceiros	387
7.7. Razoabilidade do sacrifício do bem	388
7.8. Dever legal de enfrentar o perigo	389
7.9. Estado de necessidade defensivo e agressivo	390
7.10. Elemento subjetivo no estado de necessidade	391
7.11. Excesso no estado de necessidade	392
7.12. <i>Aberratio</i> e estado de necessidade	392
7.13. Estado de necessidade putativo	392
7.14. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	393
7.15. Efeitos civis do estado de necessidade	394
8. Legítima defesa	396

8.1.	Conceito e finalidade	396
8.2.	Bens amparados pela legítima defesa	397
8.3.	Espécies de legítima defesa	398
8.4.	Injusta agressão	399
8.5.	Diferença entre agressão injusta e provocação injusta	401
8.5.1.	Provocação para criação de situação de legítima defesa	402
8.6.	Meios necessários	403
8.7.	Moderação no uso dos meios necessários	404
8.8.	Atualidade e iminência da agressão	405
8.9.	Defesa de direito próprio ou de terceiro	406
8.10.	Agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de crimes	407
8.11.	Elemento subjetivo na legítima defesa	409
8.12.	Legítima defesa e agressão de inimputáveis	410
8.13.	Legítima defesa recíproca	411
8.14.	Legítima defesa putativa <i>versus</i> legítima defesa autêntica (real)	413
8.15.	Legítima defesa <i>versus</i> estado de necessidade	413
8.16.	Excesso na legítima defesa	414
8.17.	Excesso intensivo e extensivo	417
8.18.	Excesso na causa	418
8.19.	Excesso exculpante	418
8.20.	Legítima defesa sucessiva	420
8.21.	Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	420
8.22.	Ofendículos	421
8.23.	Efeitos civis da legítima defesa	422
8.24.	Forças policiais que repelem agressão injusta	422
9.	Estrito cumprimento de dever legal	423
9.1.	Conceito e requisitos	423
9.2.	O esvaziamento do estrito cumprimento de dever legal como causa de exclusão da ilicitude em face da tipicidade conglobante	425
10.	Exercício regular de direito	427
11.	Consentimento do ofendido – Conceito, finalidades e requisitos	428
Capítulo 35 – Culpabilidade		431
1.	Conceito	431
2.	Culpabilidade e perigosidade	432
3.	Livre-arbítrio e determinismo	433

4.	Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito	434
4.1.	Sistema causal-naturalista de Liszt-Beling (Sistema Clássico)	435
4.2.	Teoria normativa – Sistema neoclássico – Metodologia neokantista	438
4.3.	Teoria da ação final (Sistema Finalista)	440
4.4.	Teoria social da ação	443
4.5.	Funcionalismo teleológico ou moderado (Roxin) e Funcionalismo sistêmico ou radical (Jakobs)	443
5.	Culpabilidade de ato e culpabilidade de autor	445
6.	Elementos da culpabilidade na concepção finalista	446
6.1.	Imputabilidade (capacidade de culpabilidade)	446
6.1.1.	Denúncia oferecida em face de um inimputável e de um semi-imputável	451
6.1.2.	Emoção e paixão	453
6.1.3.	Embriaguez	454
6.2.	Potencial consciência sobre a ilicitude do fato	457
6.2.1.	Introdução	457
6.2.2.	Diferença entre o desconhecimento da lei e a falta de consciência sobre a ilicitude do fato	458
6.2.3.	Consciência real e consciência potencial sobre a ilicitude do fato	459
6.2.4.	Espécies de erro sobre a ilicitude do fato	459
6.2.5.	Erro sobre elementos normativos do tipo	461
6.2.6.	Consequências do erro de proibição	462
6.2.7.	Erro de proibição e delito putativo – Diferença	462
6.2.8.	Erro de validade	463
6.2.9.	Erro de proibição culturalmente condicionado	463
6.3.	Exigibilidade de conduta diversa	464
6.3.1.	Conceito	464
6.3.2.	Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de outra conduta	464
6.3.3.	Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	469
6.3.3.1.	Objecção de consciência	470
6.3.4.	Aplicação, no Júri, das causas exculpantes supraleais	471
7.	Coculpabilidade	472

Capítulo 36 – Concurso de Pessoas	475
1. Introdução	475
2. Requisitos para o concurso de pessoas	475
3. Teorias sobre o concurso de pessoas	477
4. Autoria	478
4.1. Introdução	478
4.2. Conceito restritivo de autor	479
4.3. Conceito extensivo de autor	480
4.4. Teoria do domínio do fato	481
4.5. Coautoria	483
4.6. Autoria direta e indireta	484
4.7. Autoria mediata e crimes de mão própria	486
4.8. Coautoria e crimes de mão própria	487
4.9. Autor intelectual	488
4.10. Autor de determinação	489
4.11. Autoria por convicção	490
4.12. Coautoria sucessiva	490
4.13. Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida	492
4.14. Autoria de escritório (aparatos organizados de poder)	493
5. Participação	494
5.1. Introdução	494
5.2. Cumplicidade necessária	495
5.3. Teorias sobre a participação	495
5.4. Instigação a autores e a fatos determinados	498
5.5. Participação punível – desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor	498
5.6. Arrependimento do partícipe	500
5.7. Tentativa de participação	501
5.8. Participação em cadeia (participação de participação)	501
5.9. Participação sucessiva	502
5.10. Possibilidade de participação após a consumação	502
5.11. Participação por omissão	503
5.12. Impunibilidade da participação	504
5.13. Participação de menor importância	504
5.14. Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta)	505
5.15. Cumplicidade e favorecimento real	506
6. Punibilidade no concurso de pessoas	508

7.	Circunstâncias incommunicáveis	508
8.	Crimes multitudinários	510
9.	Concurso de pessoas em crimes omissivos	512
9.1.	Crimes omissivos próprios e impróprios – Distinção	512
9.1.1.	Coautoria em crimes omissivos (próprios e impróprios)	514
9.1.2.	Participação em crimes omissivos (próprios e impróprios)	516
10.	Concurso de pessoas em crimes culposos	517
10.1.	Introdução	517
10.2.	Coautoria em delitos culposos	518
10.3.	Participação em crimes culposos	519

Capítulo 37 – Das Penas 521

1.	Introdução	521
2.	Origem das penas	522
3.	Finalidades das penas – Teorias absolutas e relativas	524
4.	Teoria adotada pelo art. 59 do Código Penal	526
5.	Críticas aos critérios de prevenção geral e especial	527
6.	Sistemas prisionais	529
7.	Espécies de penas	531
8.	Penas privativas de liberdade	532
8.1.	Reclusão e detenção	532
8.2.	Regimes de cumprimento de pena	533
8.3.	Fixação legal do regime inicial de cumprimento de pena	534
8.4.	A Lei nº 8.072/90 e a imposição do cumprimento inicial da pena em regime fechado nos crimes nela previstos	536
8.5.	Lei de tortura e regime inicial de cumprimento de pena	538
8.6.	Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98) e fixação do regime aberto ou semiaberto nas hipóteses de delação premiada	540
8.7.	Impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença penal condenatória	540
8.8.	Regras do regime fechado	542
8.8.1.	Estabelecimento penal federal de segurança máxima	544
8.9.	Regras do regime semiaberto	545
8.10.	Regras do regime aberto	546
8.11.	A remição pelo estudo nos regimes semiaberto e aberto	547
8.12.	Progressão e regressão de regime	547

8.12.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 7, publicado em 19 de fevereiro de 2014, sobre falta grave em execução penal	554
8.12.2.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 144, sobre falta grave em execução penal – II	555
8.12.3.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 145, sobre falta grave em execução penal – III	555
8.12.4.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 146, sobre falta grave em execução penal – IV	556
8.13.	Regime especial	557
8.14.	Direitos do preso	558
8.14.1.	Gestantes e mães presas	560
8.14.2.	Parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil	562
8.15.	Trabalho do preso e remição da pena	562
8.16.	Remição pelo estudo	564
8.17.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 12, publicado em 14 de maio de 2014, sobre remição	565
8.18.	Superveniência de doença mental	566
8.19.	Detração	566
8.20.	Prisão especial	568
8.21.	Prisão-albergue domiciliar	569
8.22.	Uso de algemas	571
8.23.	Monitoramento eletrônico	573
8.23.1.	Introdução	573
8.23.2.	Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira gerações	578
8.23.3.	Monitoramento e prisão preventiva	581
8.23.4.	Regulamentação do monitoramento	581
9.	Penas restritivas de direitos	581
9.1.	Introdução	581
9.1.1.	Possibilidade de aplicação de penas restritivas de direitos no delito de tráfico de drogas	583
9.2.	Espécies de penas restritivas de direitos	584
9.3.	Requisitos para a substituição	585
9.4.	Duração das penas restritivas de direitos	587
9.5.	Prestação pecuniária	587
9.5.1.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	589
9.6.	Perda de bens e valores	590

9.7.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	592
9.8.	Interdição temporária de direitos	594
9.8.1.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	594
9.8.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do Poder Público	594
9.8.3.	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	595
9.8.4.	Proibição de frequentar determinados lugares	596
9.8.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos	596
9.9.	Limitação de fim de semana	596
9.10.	Conversão das penas restritivas de direitos	597
9.11.	Execução provisória da pena restritiva de direitos	598
10.	Pena de multa	599
10.1.	Introdução	599
10.2.	Sistema de dias-multa	600
10.2.1.	Pena de multa na Lei nº 11.343/2006	601
10.3.	Aplicação da pena de multa	601
10.4.	Pagamento da pena de multa	602
10.5.	Execução da pena de multa	602
10.6.	Competência para a execução da pena de multa	604
11.	Aplicação da pena	604
11.1.	Introdução	604
11.2.	Cálculo da pena	605
11.3.	Circunstâncias judiciais	608
11.3.1.	Culpabilidade	608
11.3.2.	Antecedentes	608
11.3.3.	Conduta social	610
11.3.4.	Personalidade do agente	611
11.3.5.	Motivos	611
11.3.6.	Circunstâncias	612
11.3.7.	Consequências do crime	612
11.3.8.	Comportamento da vítima	613
11.4.	Circunstâncias atenuantes e agravantes	613
11.4.1.	Circunstâncias agravantes	615
11.4.2.	Circunstâncias atenuantes	624
11.4.3.	Circunstâncias atenuantes inominadas	628
11.4.4.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	629

11.4.5. Tribunal do júri	630
11.4.6. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, publicada na edição nº 29, sobre aplicação da pena – agravantes e atenuantes	631

Capítulo 38 – Concurso de Crimes 633

1. Introdução	633
2. Concurso material ou real de crimes	634
2.1. Introdução	634
2.2. Requisitos e consequências do concurso material ou real	635
2.3. Concurso material homogêneo e heterogêneo	637
2.4. Concurso material e penas restritivas de direitos	637
3. Concurso formal ou ideal de crimes	638
3.1. Introdução	638
3.2. Requisitos e consequências do concurso formal ou ideal	638
3.3. Concurso formal homogêneo e heterogêneo	639
3.4. Concurso formal próprio (perfeito) e impróprio (imperfeito)	640
3.5. Concurso material benéfico	641
3.6. Dosagem da pena	641
3.7. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 23, publicado em 29 de outubro de 2014, sobre concurso formal	642
4. Crime continuado	642
4.1. Introdução	642
4.2. Natureza jurídica do crime continuado	643
4.3. Requisitos e consequências do crime continuado	644
4.3.1. Crimes da mesma espécie	644
4.3.2. Condições de tempo, lugar, maneira de execução ou outras semelhantes ...	645
4.3.3. Os crimes subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro	647
4.4. Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa	649
4.5. Crime continuado simples e crime continuado qualificado	649
4.6. Consequências do crime continuado	650
4.7. Concurso material benéfico	650
4.8. Dosagem da pena no crime continuado	651
4.9. Crime continuado e <i>novatio legis in pejus</i>	651
5. Aplicação da pena no concurso de crimes	652
6. Multa no concurso de crimes	653

7. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 17, publicado em 6 de agosto de 2014, sobre crime continuado I	653
8. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 20, publicado em 17 de setembro de 2014, sobre crime continuado II	654

Capítulo 39 – Dos Crimes Aberrantes 657

1. Introdução	657
2. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	658
2.1. <i>Aberratio ictus</i> e dolo eventual	660
3. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	661
4. Concurso material benéfico nas hipóteses de <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i>	662
5. <i>Aberratio causae</i>	662

Capítulo 40 – Limite das Penas 665

1. Introdução	665
2. Limite das penas	666
3. Tempo sobre o qual deverão ser procedidos os cálculos para a concessão dos “benefícios” legais	667
4. Condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena	669

Capítulo 41 – Suspensão Condicional da Pena 671

1. Introdução	671
2. Direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz?	672
3. Aplicação do <i>sursis</i>	672
4. Requisitos para a suspensão condicional da pena	673
5. Espécies de <i>sursis</i>	675
6. Revogação obrigatória	675
7. Revogação facultativa	677
8. Prorrogação automática do período de prova	677
9. Cumprimento das condições	678
10. Diferença entre o <i>sursis</i> e a suspensão condicional do processo	678

Capítulo 42 – Livramento Condicional 681

1. Introdução	681
2. Requisitos do livramento condicional	681
3. Condições para o cumprimento do livramento	687
4. Procedimento do livramento condicional	687
5. Necessidade de ser ouvido o Conselho Penitenciário para a concessão do livramento	688
6. Revogação do livramento condicional	690
7. Extinção da pena	691
8. Livramento condicional e execução provisória da sentença	692

Capítulo 43 – Dos Efeitos da Condenação	693
1. Introdução	693
2. Efeitos genéricos da condenação	694
3. Efeitos específicos da condenação	700
4. Efeitos da condenação nos crimes contra a propriedade imaterial	704
5. Efeitos da condenação no delito de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	704
6. Efeitos da condenação na Lei de Tortura	705
7. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal	705
8. Efeito da condenação na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	706
9. Efeitos da condenação na lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária	706
10. Efeitos da condenação com relação a membros do Ministério Público e da Magistratura	706
11. Efeitos da condenação na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (organização criminosa)	707
12. Identificação do perfil genético como efeito da condenação	707
13. Proibição de homenagem na denominação de bens públicos	708
Capítulo 44 – Da Reabilitação	709
1. Introdução	709
2. Aplicabilidade	710
3. Requisitos e competência para a análise do pedido	711
4. Recurso do indeferimento do pedido de reabilitação	711
5. Revogação da reabilitação	711
Capítulo 45 – Medidas de Segurança	713
1. Introdução	713
2. Espécies de medidas de segurança	715
3. Início do cumprimento da medida de segurança	716
4. Prazo de cumprimento da medida de segurança	716
5. Desinternação ou liberação condicional	718
6. Reinternação do agente	719
7. Medida de segurança substitutiva aplicada ao semi-imputável	719
8. Extinção da punibilidade e medida de segurança	721
9. Direitos do internado	721
10. Internação cautelar	722

Capítulo 46 – Ação Penal	723
1. Introdução	723
2. Condições da ação	724
2.1. Legitimidade das partes	724
2.2. Interesse de agir	725
2.3. Possibilidade jurídica do pedido	726
2.4. Justa causa	727
3. Espécies de ação penal	728
3.1. Ação penal de iniciativa pública	728
3.1.1. Ação penal de iniciativa pública incondicionada	728
3.1.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça	728
3.1.3. Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública	729
3.2. Ação penal de iniciativa privada	730
3.2.1. Privada propriamente dita	730
3.2.2. Privada subsidiária da pública	730
3.2.3. Privada personalíssima	732
3.2.4. Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada	732
4. Representação criminal ou requisição do Ministro da Justiça	733
5. Ação penal no crime complexo	735
6. Decadência do direito de queixa ou de representação, renúncia e perdão do ofendido	735
7. Acordo de não persecução penal	736
Capítulo 47 – Extinção da Punibilidade	739
1. Introdução	739
2. Morte do agente	741
3. Anistia, graça e indulto	743
3.1. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 139, publicado em 6 de janeiro de 2020, sobre indulto e comutação da pena	745
4. Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso	746
5. Prescrição, decadência e perempção	747
6. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada	749
6.1. Renúncia ao direito de queixa	749
6.2. Perdão do ofendido	750
7. Retratação do agente nos casos em que a lei a admite	751
8. Perdão judicial, nos casos previstos em lei	752
8.1. Perdão Judicial no Código de Trânsito Brasileiro	753

8.2. Perdão judicial e a Lei nº 9.807/99	755
8.3. Perdão judicial e a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013)	757

Capítulo 48 – Prescrição 759

1. Introdução	759
2. Natureza jurídica da prescrição	760
3. Espécies de prescrição	760
4. Prescrição antes de transitar em julgado a sentença	761
5. Prescrição das penas restritivas de direitos	761
6. Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória	762
7. Momento para o reconhecimento da prescrição	763
8. Prescrição retroativa e superveniente (intercorrente ou subsequente)	763
9. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final	766
10. Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível	768
11. Prescrição da multa	769
12. Redução dos prazos prescricionais	770
13. Causas suspensivas da prescrição	771
14. Causas interruptivas da prescrição	775
14.1. Recebimento da denúncia ou da queixa	775
14.1.1. Recebimento da denúncia ou queixa na atual legislação processual penal	776
14.2. Pronúncia	779
14.3. Decisão confirmatória da pronúncia	780
14.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	780
14.5. Início ou continuação do cumprimento da pena	782
14.6. Reincidência	783
14.7. Efeitos da interrupção	783
15. Prescrição no concurso de crimes	784
16. Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual)	784
17. Prescrição e detração	786
18. Imprescritibilidade	786

Referências 787

Índice Remissivo 807